

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	9
APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO I	
OS PRINCÍPIOS DA INTERVENÇÃO DO DIREITO PENAL NA GENÉTICA E NA BIOTECNOLOGIA	19
1. Os desafios e a exigência impostos ao direito penal na relação com a biotecnologia	19
1.1. As conquistas da moderna biotecnologia	19
1.2. Os obstáculos para a regulação da biotecnologia pelo direito	20
2. A vinculação aos princípios do direito penal contemporâneo	22
3. A proteção dos bens jurídicos como delimitação da função do direito penal	26
3.1. Bens jurídicos tradicionais	26
3.2. Os novos bens jurídicos envolvidos nas intervenções genéticas.....	29
3.2.1. A inalterabilidade e intangibilidade do patrimônio genético do ser humano.....	31
3.2.2. A identidade e irrepetibilidade do ser humano.....	33
3.2.3. Sobrevivências da espécie humana	35
4. O Princípio de subsidiariedade penal: suas manifestações no âmbito da biotecnologia humana	36
5. Outros mecanismos preventivos.....	37
5.1. A exclusiva função de complementariedade do autocontrole ético ou deontológico	37
5.2. Controle administrativo como procedimento preventivo	39
5.2.1. A intervenção dos órgãos da administração pública....	39
5.2.2. Princípios aplicáveis	41
5.2.2.1. Princípio da precaução	41
5.2.2.2. Princípios da autorização e da inspeção.....	42
5.2.2.3. Princípios do "passo a passo" e do "caso por caso"	43
5.2.2.4. Princípio do "rastreamento".....	44
5.2.2.5. Princípio da transparência.....	46
5.2.3. Infrações e sanções administrativas.....	46
5.3. Responsabilidade pelos fatos danosos ou de perigo.....	47

CAPÍTULO II	
POLÍTICAS E TÉCNICAS LEGISLATIVAS NO DIREITO PENAL DAS BIOTECNOLOGIAS.....	
1.	Dificuldades do direito penal para atender as funções preventivas no que diz respeito à biotecnologia..... 49
1.1.	O direito penal preventivo e o direito penal puramente simbólico face às biotecnologias..... 49
1.2.	A tipificação de delitos voltados para o futuro é sintoma de um direito penal meramente simbólico?..... 51
1.3.	O direito penal e as biotecnologias – além do valor simbólico 53
1.4.	Proposta de atendimento da função preventiva do direito penal em relação à biotecnologia humana..... Como o direito penal pode cumprir razoavelmente sua função preventiva em relação à biotecnologia humana..... 55
2.	Direito penal simbólico e técnicas de tipificação penal..... 60
2.1.	Identificação ou configuração do bem jurídico digno de tutela penal..... 61
2.2.	Dimensionamento do objeto material da ação..... 62
2.3.	Seleção das condutas que merecem punição 63
2.4.	Escolha da estrutura típica..... 64
2.5.	Descrição específica da ação típica 66
2.6.	Antijuricidade 67
2.7.	As consequências jurídicas: proporcionalidade e adequação 68
2.8.	Medidas acessórias como uma nova forma de reação às biotecnologias..... 69
2.9.	Localização: lei penal especial versus código penal comum... 72
CAPÍTULO III	
INTERVENÇÕES GENÉTICAS EM SERES HUMANOS.....	
1.	As várias possibilidades de intervenções sobre genes humanos... 75
1.1.	A ambivalência da engenharia genética humana 75
1.1.1.	Efeitos possíveis destas intervenções na espécie humana..... 77
1.1.2.	Questões de segurança..... 78
1.1.3.	Direitos das pessoas 79
1.1.4.	Nós e nossos genes 79
1.2.	Terapia gênica 81
1.2.1.	Valoração jurídica da terapia genética em linha somática 83
1.2.2.	Terapia genética em linha germinal..... 86
1.3.	Intervenções de "aperfeiçoamento" ou eugenésicas..... 87
2.	O crime de manipulação genética 88
2.1.	Bem jurídico protegido e o objeto material da infração 89

2.1.1. Bem jurídico.....	89
2.1.2. Objeto material.....	91
2.2. O tipo doloso.....	94
2.2.1. Tipo objetivo.....	94
2.2.2. Tipo subjetivo.....	98
2.3. Tipo culposo.....	99
2.4. Antijuricidade.....	100
2.5. <i>Iter criminis</i>	101
2.6. Concursos.....	101
2.7. Pena.....	101
2.8. Considerações de <i>lege ferenda</i>	102

CAPÍTULO IV

OS CRIMES RELACIONADOS

À REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA	105
1. Introdução. Bases para um direito à reprodução	105
2. Clonagem humana reprodutiva.....	114
2.1. Antecedentes fáticos.....	114
2.2. Os argumentos discursivos sobre a clonagem.....	117
2.3. Dimensões valorativas da clonagem humana reprodutiva: possíveis bens jurídicos implicados.....	120
2.3.1. A vida do embrião e a integridade do futuro ser: valoração conjuntural dos problemas técnicos.....	120
2.3.2. Argumentos relativos aos interesses personalíssimos do futuro filho.....	123
2.3.3. Concorrência de outros interesses em conflito.....	130
2.4. Respostas institucionais e normativas à clonagem humana.....	136
2.4.1. Pronunciamentos de autoridades ou organismos supranacionais e internacionais.....	136
2.4.2. Instrumentos jurídicos aprovados por organizações internacionais e comunitárias.....	139
2.5. O crime de clonagem reprodutiva no direito penal comparado.....	141
2.5.1. Perspectiva geral.....	141
2.5.2. Manifestações legais sobre clonagem humana reprodutiva.....	143
2.6. O crime de clonagem e de outros procedimentos para a seleção da raça no direito penal espanhol.....	148
2.6.1. Valoração político-criminal.....	149
2.6.2. Âmbito do delito: um tipo delitivo ou dois?.....	150
2.6.3. Bem jurídico protegido.....	156
2.6.4. O tipo do injusto.....	158
2.6.4.1. Elementos comuns a ambos os tipos delitivos.....	158

2.6.4.2. Criação de seres humanos idênticos por clonagem	159
2.6.4.3. Utilização de outros procedimentos dirigidos para seleção da raça.....	163
2.6.5. Antijuricidade.....	165
2.6.6. <i>Iter criminis</i>	166
2.6.7. Concursos.....	167
2.6.8. Penalidade.....	167
3. Crimes contra a liberdade de reprodução: reprodução assistida não permitida	169
3.1. Justificação político-criminal.....	169
3.2. Bem jurídico protegido	170
3.3. O tipo de injusto	172
3.3.1. Tipo objetivo	172
3.3.2. Tipo subjetivo	176
3.4. Antijuricidade.....	176
3.5. <i>Iter criminis</i>	176
3.6. Condição de procedibilidade.....	178
3.7. Concursos.....	178
3.4 Conclusões e orientações de <i>lege ferenda</i>	178